



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Implementação do governo electrónico

O sistema da Administração Pública de Macau está relativamente desactualizado, e existem problemas de falta de coordenação e de partilha de informações e dados entre os serviços públicos, o que tem causado muitos problemas desnecessários aos residentes. Embora o Governo tenha afirmado que iria “aperfeiçoar a gestão interna dos trabalhos electrónicos”, tendo ainda criado uma plataforma uniformizada para o governo electrónico, muitos trabalhadores da função pública manifestaram que tal plataforma carece de melhorias, por existirem ainda muitas insuficiências.

Em primeiro lugar, as antigas plataformas electrónicas dos serviços públicos não se articulam com a nova plataforma electrónica uniformizada. Antes da criação, pelos SAFP, da plataforma electrónica uniformizada do “Sistema de comunicações oficiais e de gestão de documentos oficiais e de processos”, muitos serviços públicos já tinham as suas próprias plataformas para o tratamento de ofícios electrónicos. Devido à exigência de utilização uniforme do novo sistema para esse tratamento, e como os dados existentes nos sistemas anteriores não podem ser importados para o novo sistema, verifica-se uma situação de funcionamento em paralelo de dois sistemas, acarretando inconveniências no tratamento dos documentos, o que afecta, em certa media, a eficiência do trabalho.

Em segundo lugar, o governo electrónico envolve o tratamento de uma grande quantidade de dados pessoais, e muitos cidadãos estão preocupados com a fuga desses dados. Na realidade, o desenvolvimento do governo electrónico e a garantia



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

da segurança dos dados pessoais não são contraditórios nem opostos, pois o que é importante é o rigor do sistema concebido.

Além disso, segundo alguns funcionários públicos, a plataforma electrónica uniformizada entretanto criada apresenta vários problemas, tais como instabilidade do sistema, âmbito de aplicação pouco abrangente e imperfeições de concepção.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Face às plataformas já existentes dos diversos serviços públicos e à plataforma electrónica recém-desenvolvida, que abrange todos os serviços públicos, é possível proceder à fusão e integração dos dados e das formas de tratamento de documentos dos dois sistemas? Como se pode evitar o desperdício de recursos devido a repetições?

2. Antes de se conseguir a troca de informações e dados entre todos os serviços públicos, vão ser definidas orientações operacionais para salvaguardar os dados pessoais e a cibersegurança? Como se garante, efectivamente, a segurança da troca interna de informações entre serviços?

27 de Novembro de 2020

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Zheng Anting